



## HORA-ATIVIDADE: UM DESAFIO PARA OS GESTORES DA EDUCAÇÃO

Aplicabilidade de recursos para a valorização do magistério: Possibilidades para a garantia da implantação de 1/3 da jornada do professor como hora-atividade. Este foi o tema do Seminário realizado no dia 14, numa promoção da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, por intermédio do Colegiado Regional de Secretários Municipais de Educação, e Instituto Positivo.

O evento faz parte da terceira meta do Arranjo para o Desenvolvimento da Educação e que começa a ser trabalhada neste mês de julho.

No auditório da GRANFPOLIS secretários municipais de educação dos 22 municípios da região, além de técnicos de diversas áreas, acompanharam a palestra de Carlos Eduardo Sanches, diretor da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, sobre o grande desafio dos gestores públicos para a aplicação da Lei 11.738 de 2008 que estabeleceu o piso salarial para os profissionais do magistério público da Educação Básica e a adoção de 1/3 da jornada de trabalho à preparação de aulas e demais atividades fora da sala.

Para o especialista em gestão e políticas educacionais, "a Lei é um avanço porque consolida a necessidade de efetivamente melhorar a qualidade da educação no país. Quando os professores têm a oportunidade de reservar um tempo adequado para, em atividade fora da sala de aula, providenciar seu planejamento, participar de formação, construir a avaliação que vai aplicar no aluno e com o resultado orientar a prática pedagógica, sem dúvida, é grande avanço", disse.



Entretanto, ressalta, o fato da Lei ainda não ter sido implementada totalmente na região e na maior parte do Brasil é porque o país vive uma dificuldade muito grande. "Para adotar 1/3 de hora

atividade é preciso contratar mais gente e, ao mesmo tempo, há queda de receita e limitação com gasto de pessoal, e esta tarefa demanda muito planejamento e necessidade de efetivamente conhecer a realidade de cada localidade", disse.

A Lei da hora-atividade foi submetida à análise do Supremo Tribunal Federal através de uma ação de inconstitucionalidade e em 2011 entendeu por sua aplicabilidade. De 2011 pra cá, lembra Sanches, a crise financeira que afeta os municípios tem se agravado a cada ano, há redução das receitas e sérias dificuldades em atender todas as demandas.

"É preciso enfrentar duas frentes diferentes. A primeira, a questão administrativa, orçamentária e financeira e, para isto, é preciso atender a nossa realidade, mantendo o quadro de pessoal enxuto e sem desvio de função, e otimizar da melhor maneira possível os recursos e orçamentos que dispomos hoje. Já no aspecto pedagógico, a implantação de 1/3 da hora atividade impõem a necessidade de uma reorganização da rede municipal de ensino, uma reorganização pedagógica", aconselha aos gestores.





Olá. Você está recebendo a 9ª edição do Informativo da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis.

Colabore enviando sugestões, fotos e informações para [comunicacao@granfpolis.org.br](mailto:comunicacao@granfpolis.org.br)

Textos: Maria Helena

Diagramação: Edson de Freitas

## CONFERÊNCIAS DAS CIDADES GARANTEM PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS

As Conferências das Cidades representam uma conquista alcançada pelos municípios e principalmente pela população, no sentido de garantir o planejamento participativo na elaboração da política pública urbana. Esta é a opinião da arquiteta e urbanista Valesca Menezes Marques, coordenadora da área de Planejamento Urbano da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis.

Neste ano nove municípios da região realizaram suas conferências: Alfredo Wagner, Antônio Carlos, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Nova Trento, Rancho Queimado, São Pedro de Alcântara e Tijucas.

Segundo Valesca, desde o início do ano a Associação esteve em contato com os gestores municipais para repassar as informações sobre a metodologia, realizar a palestra niveladora de conhecimentos e para o assessoramento em todas as etapas do processo. Este trabalho, lembra, é realizado desde 2003, primeiro ano das conferências das cidades.

A Conferência Estadual das Cidades está programada para acontecer em março de 2017, em data e local a serem definidos. Trata-se de um instrumento de garantia da gestão democrática, para a promoção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Sob a temática "A Função Social da Cidade e da Propriedade" e com o lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas", a 6ª CNC está prevista na Lei 10.257/2001 - Estatuto da Cidade e conta com etapas preparatórias municipais e estaduais.



Arquiteta e Urbanista Valesca Menezes Marques na Conferência de Nova Trento

enaltece.

No entanto a arquiteta e urbanista da GRANFPOLIS reconhece que as demais conferências setoriais estão mais bem sucedidas do que as que tratam das questões do urbano. Para ela, "ainda falta o entendimento dos gestores públicos de que o planejamento participativo não está roubando autoridade dos eleitos, ao contrário, compartilha e tira somente dos ombros destes a responsabilidade pela elaboração de políticas públicas para a área, de forma legitimada. Tenho a impressão que está faltando entendimento para maior envolvimento e realização das conferências".

O trabalho da Associação dos Municípios não pára, afirma Valesca, na medida em que é preciso preparar os futuros gestores quanto aos encargos que assumirão a partir de 1º de janeiro.

As conferências colocam na agenda pública e política questões urbanas preteridas ou tratadas em âmbito local, como saneamento ambiental, regularização fundiária, conflitos fundiários, ocupação de risco, urbanização de assentamentos precários, acesso à moradia para a população de baixa renda, mobilidade urbana, entre outros.

"Trata-se de um evento que todas as pessoas podem participar, discutir o tema e realizar uma análise crítica da atuação, tanto do governo municipal quanto dos conselhos municipais das cidades. Neste ano eleitoral, tudo que foi elencado nestas conferências, os candidatos a vereadores e prefeitos receberam da população para futuras plataformas de governo",

## MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS DEBATEM POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO



O Grupo de Turismo da Grande Florianópolis, criado com o objetivo de promover o intercâmbio entre os municípios e a troca de experiências e, ainda, estimular a organização dos

de Segundo Keli, o turismo é comprovadamente importante para a valorização cultural, social, movimento da economia e para garantir sustentabilidade da atividade. Para tanto, defende, é preciso ser planejado.

O Fundo Municipal de Turismo, explica, é o segundo passo, após a consolidação do FUMTUR, para a captação e aplicação de recursos na atividade turística. Na sequência é preciso elaborar o documento que formaliza a política de turismo, construído com a participação do COMTUR e considerando o FUMTUR, que é chamado de Plano Municipal de Turismo.

setores municipais de turismo, fez sua segunda reunião no dia 5 deste mês, na sede da Associação dos Municípios - GRANFPOLIS, oportunidade em que tratou da implantação dos conselhos municipais de turismo, construção dos planos para o desenvolvimento do setor e criação de fundo específico para a área.

O encontro reuniu secretários e técnicos de 13 municípios da região para uma explanação sobre as políticas públicas de turismo, a cargo da turismóloga Keli Regina Benvegnú, da área de Captação de Recursos e Investimentos da Prefeitura Municipal de Bombinhas.

A especialista constatou que poucos municípios estruturaram seus conselhos de turismo e defendeu que este é o primeiro passo, seguido de uma grande mobilização da sociedade e dos empresários, com vistas a diagnosticar os anseios e pretensões de todos para com a atividade.

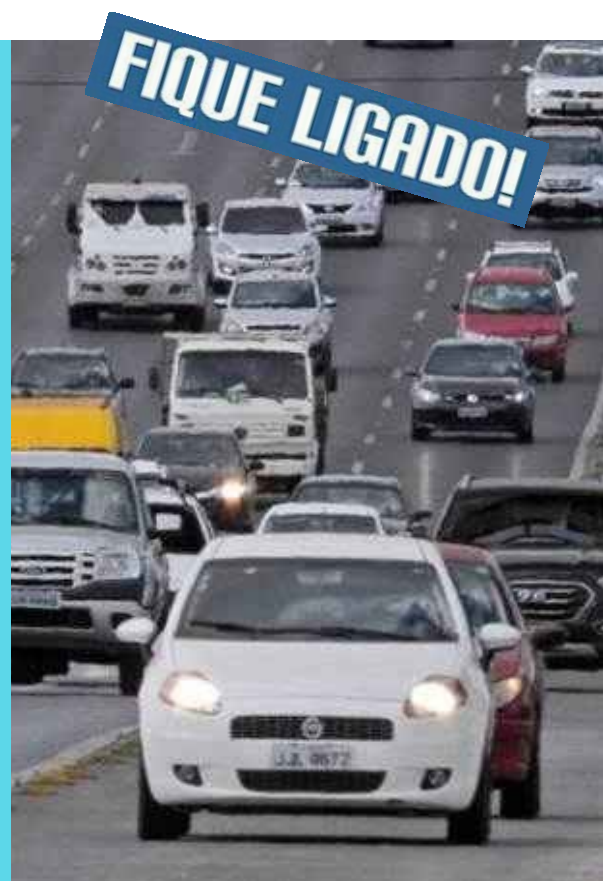


A partir do dia 07/07/2016 entrou em vigor a lei 13.290/2016 que determina o

**USO OBRIGATÓRIO DO FAROL BAIXO DURANTE O DIA EM RODOVIAS.**

O não cumprimento está sujeito a multa de R\$85,13 e 4 pontos na carteira.

**FIQUE ATENTO E DIVULGUE A TODOS OS CONDUTORES.**



## QUEM É QUEM

**BIANCA COELHO** é Arquiteta e Urbanista, formada pela UFSC, e cursa mestrado mesma instituição na linha de pesquisa de Arquitetura da Cidade, Gestão e Planejamento Urbano.



Há 1 ano e 9 meses atua na Assessoria de Planejamento Urbano, prestando assessoria, consultoria e assistência técnica aos Municípios associados em ações relacionadas com o adequado ordenamento territorial, no âmbito das políticas de desenvolvimento urbano e ambiental, em escala municipal, metropolitana e regional. No momento, dedica-se ao processo de reelaboração do Plano Diretor Participativo de São José.

"O trabalho na GRANFPOLIS é motivador e entusiasmante, pois tenho a oportunidade de aplicar meu conhecimento como Urbanista e buscar novos estudos e instrumentos para possibilitar o desenvolvimento urbano dos Municípios e de seus cidadãos. Desta forma, consigo retribuir para a sociedade parte do investimento feito na minha formação acadêmica, que foi integralmente em Universidade pública. Na minha atuação profissional, a GRANFPOLIS também oferece total liberdade e autonomia para buscar e propor as soluções mais adequadas para as questões que são demandadas, o que dá muita segurança para o trabalho técnico".

**ROBERTO SILVEIRA FILHO** é o Auxiliar de Serviços Gerais da GRANFPOLIS.



Há quase 5 anos na função, Betinho, como é conhecido, executa os trabalhos externos da Associação, como os serviços bancários.

Sempre de bom humor ele sabe da importância de sua atividade e da relação de confiança com os colegas e afirma: "Tenho experiência neste tipo de função e, por isso, consigo dar agilidade ao trabalho".

## ANIVERSARIANTES

08 - Bianca Ana Coelho / Planejamento Urbano

09 - Márcio de França Santos / Estagiário - Planejamento

13 - Antônio da Silva / Prefeito de Canelinha

13 - Cristiane Freitas / Engenharia e Arquitetura

13 - Nazário Espíndola / Engenharia e Arquitetura

**Parabéns**